

Márcia Nunes Maciel

“As políticas desenvolvimentistas continuam e em nome do interesse nacional atravessam de forma irreversível muitas vidas na Amazônia”.



por Ana Maria Dietrich, Nízea
Coelho e Roselly Gonçalves

Nosso diálogo com Márcia Nunes Maciel se deu por email. Nós já nos conhecíamos anteriormente durante o tempo em que morou em São Paulo e trabalhávamos em conjunto como pesquisadoras do Núcleo de Estudos de História Oral da USP. Naquele tempo, nas cantinas da faculdade, já havíamos escutado tantas histórias narradas por ela sobre esse território tão desconhecido pela maioria dos brasileiros e muitas vezes somente redesenhado e recomposto por mitos, clichês e chavões como onças, macacos, diamantes e os perigos da mata. Márcia chegava até mesmo a se enfurecer quando algumas dessas pérolas apareciam em nossas conversas.

Em 2007, após um ano em São Paulo, Márcia voltou para a sua cidade natal, Porto Velho, capital de Rondônia. Voltou para suas maiores paixões: a floresta, o marido Iremar (também pesquisador da região), os dois filhos e sua avó Francisca, ex-seringueira (falecida em 2007) e inspiradora de sua paixão pelo lugar onde vive. Começou então a desenvolver seu Mestrado em sociedade e cultura na Amazônia com o projeto *O vivido e o lembrado: memória e trajetória de pessoas que vivenciaram espaços em seringais da Amazônia* pela Universidade Federal do Amazonas. Aos poucos estava engajada em múltiplas ações, sendo que a floresta e o mundo cultural construído pelas pessoas que nela vivem permaneceriam como o norte principal de todas elas.

Seu currículo tem tantos adjetivos que expressam o quão plural é essa mulher: oralista, licenciada e bacharel em história. Desenvolveu a pesquisa monográfica com o povo indígena Cassupá que vive atualmente em Porto Velho, sua pesquisa discutiu o processo de construção da identidade desse povo. É vinculada ao NEHO - USP, colaboradora do centro de Hermenêutica do Presente – Universidade Federal de Rondônia e membro do Instituto Madeira Vivo, onde coordena o projeto de história oral: *Vida às margens do Madeira*.

Sobre nossas perguntas, primeiro hesitou dizendo que muitas delas não se referiam a sua especialidade. Mas, corajosa, não deixou de dar sua opinião mordaz e direta. Vale a pena conferir.



Ilustração 1- Márcia Nunes Maciel (à direita) abraça Dona Neuzete na janela de sua casa na comunidade Trata-sério à margem esquerda do rio Madeira. Dona Neuzete é uma das colaboradoras do projeto de história oral, desenvolvido na comunidade e coordenado por Márcia. (foto arquivo IMV)

Contemporâneos - *O debate da internacionalização da Amazônia está em foco desde os anos 90. No dia 13 de outubro deste ano, o governo brasileiro decidiu que vai apresentar na reunião da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, marcada para dezembro, em Copenhague, visando a meta de redução de 80% do desmatamento da Amazônia até o ano de 2020. Para isso, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que são necessários pelo menos US\$ 10 bilhões de financiamento externo por ano. Esta “ajuda” externa se configura como um primeiro passo para a internacionalização da Amazônia?*

Márcia Maciel - Receber recursos estrangeiros para combater o desmatamento não significa dar o primeiro passo para internacionalizar a Amazônia, se o recurso vai ser gerenciado pelo governo brasileiro. Seria diferente se fosse uma intervenção direta em território brasileiro sem respeitar a autonomia do Governo Nacional. Esse acordo político-financeiro pode ser encarado como uma parceria e divisão de responsabilidades, tendo em vista os benefícios ambientais, sociais e culturais que essa ação poderá resultar para o mundo e a garantia de territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais. Eu penso que o investimento de bancos internacionais em projetos desenvolvimentistas na Amazônia pode não ter o efeito esperado se tais projetos não levem em consideração o modo de vida e as expectativas de desenvolvimento sustentável. Um exemplo disso é a produção e exportação de soja, que recebe grandes investimentos e acabam por promover o desmatamento na Amazônia.

Como sabemos, essa questão da internacionalização da Amazônia é bem complexa e não se esgota aqui. Só para lembrar rapidamente, vale a pena fazer referência ao posicionamento de Cristovam Buarque, ex-ministro da educação, quando foi questionado numa universidade nos Estados Unidos sobre essa complexa questão da internacionalização da Amazônia. Ele diz que: “como Brasileiro poderia ser simplesmente contra, mas como humanista, sentindo o risco de degradação ambiental que sofre a Amazônia, pode imaginar que a saída possível seja sua internacionalização. Mas, na mesma lógica do discurso de internacionalização, para salvar o mundo, seria necessário internacionalizar não apenas a Amazônia, mas também o petróleo, tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia. O projeto de internacionalização deveria atingir também outras riquezas do capital mundial, as culturais e econômicas. Só assim haveria justiça social mundial”.

É sempre bom olhar com desconfiança o discurso de internacionalização da Amazônia, que pode vir revestido do discurso das forças econômicas mundiais do primeiro mundo.

Contemporâneos - *Como a população da Amazônia se posiciona frente a este interesse estrangeiro pela região?*

Márcia Maciel - Das pessoas mais simples aos estudiosos dessa questão existem diferentes opiniões, mas o que predomina é a desconfiança. O parâmetro é a própria história de sobreposição estrangeira sobre o Brasil. O principal questionamento é: quem garante que no interesse de defender a região com a maior parte da riqueza de biodiversidade não há uma estratégia de domínio e apropriação estrangeira da Amazônia? A sociedade civil organizada sabe das ameaças ambientais sofridas pela Amazônia e vem atuando contra elas, cobrando medidas dos governos, denunciando as corrupções. A sociedade civil fica atenta a formulação de leis propostas pelo próprio governo federal e que podem permitir a compra de terras da floresta por pessoas e empresas estrangeiras.

Contemporâneos - *Muitos dos seus estudos envolvem populações indígenas. Fale um pouco sobre a situação vivida por estes povos, principalmente no que se refere ao O projeto do Complexo Hidroelétrico e Hidroviário do Rio Madeira.*

Márcia Maciel - Minha pesquisa do bacharelado de história foi com o povo indígena Cassupá que vive atualmente na cidade de Porto Velho. Eles foram contactados na década de 40 do século passado e deslocados de seu território tradicional que se localiza em Vilhena, município do Estado de Rondônia. Seu deslocamento é resultado da política do SPI – *Serviço de Proteção ao Índio*, que retirava os povos indígenas de seus territórios para tratamento de saúde, para a imposição da cultura ocidental por meio da educação. Esses povos foram

reunidos numa única reserva e obrigados a aprender a falar a língua portuguesa, além de serem utilizados nas frentes de atrações, ou seja, no contato de outros povos indígenas isolados. Atualmente, estão organizados politicamente na luta pela reafirmação identitária, reconhecimento de sua diferença ética e garantia de seu espaço territorial e cultural na sociedade brasileira.

Também tive a oportunidade de ter a experiência com a educação escolar indígena pensando junto com os povos indígenas Karipuna e Karitiana, maneiras de valorização de suas culturas nas escolas indígenas. Agora trabalho com o processo de organização e resistência dos “povos do Madeira”. Contamos com a aliança de povos Indígenas de Rondônia, os quais têm fortalecido essa resistência, reivindicando seus direitos e falando não só em nome de seus povos, mas de outros povos envolvidos, como os ribeirinhos e quilombolas. Dentre os povos Indígenas os que terão conseqüências diretas serão os Karitiana e os Karipuna, como maiores ameaças de invasões de seus territórios, causado pelo inchaço demográfico na cidade e diminuição dos peixes. Por esses dias, as duas etnias citadas se reuniram e denunciaram o não cumprimento das promessas feitas pelas empresas construtoras das Hidrelétricas no rio Madeira. Dos povos indígenas de Rondônia, os mais ameaçados e sem defesa nenhuma são os povos indígenas isolados, sem nenhum contato com a sociedade nacional. Eles se encontram na região do canteiro de obras das hidrelétricas entre os territórios dos Karitiana e Karipuna. Projetos desenvolvimentistas que atravessaram, dizimaram ou desestruturaram os povos indígenas de Rondônia - como as linhas telegráficas no trecho Cuiabá a Santo Antônio do Madeira (de 1907-1915) e a ferrovia Madeira Mamoré concluída em 1912- causaram muitas desgraças humanas, processo registrado por Levi Strauss em *Tristes Trópicos*. O projeto desenvolvimentista da construção da Ferrovia Madeira Mamoré levou a quase dizimação completa do povo indígena Karipuna, que foram reduzidos de uma expressiva população a apenas dez pessoas que resistem até hoje ao desaparecimento total. Apesar disso, tais povos foram capazes de se fortalecer novamente, graças a sua força. Porém, tais políticas desenvolvimentistas continuam e em nome do interesse nacional atravessam de forma irreversível muitas vidas.

Contemporâneos - *Como você vê o posicionamento dos brasileiros em relação à problemática da Amazônia? Existe um interesse real em defesa da conservação dessa região? Se sim, como este interesse é colocado em prática? Se não, o que falta para nós brasileiros aderirmos à causa?*

Márcia Maciel - Acredito que se não fosse a organização da sociedade civil, a degradação ambiental e o desrespeito dos direitos humanos dos povos da Amazônia seria muito mais agravante do que se encontra no momento. Porém, sabemos que existem muitas conveniências que impedem a

Ilustração 2

Dona Neuzete nos levou até esse lugar encharcado por causa da cheia, fenômeno que faz parte do ritmo da vida das comunidades ribeirinhas. Ela quis nos mostrar a seringueira na qual, segundo ela, aparece uma mulher velha, protetora da seringueira. Passamos a manhã inteira conhecendo os lugares simbólicos do lugar que D. Neuzete vive e são significativos para ela. (Marcia Maciel, foto, arquivo IMV)



punição daqueles que desmatam, que invadem terras indígenas para retirar madeira, e que praticam toda forma ilegal de devastação ambiental.

Contemporâneos - *Como a população amazônica nota as políticas governamentais frente aos seus problemas e necessidades? Tais políticas são eficientes e suficientes?*

Márcia Maciel - Muitas políticas como as ambientalistas e de sustentabilidade econômica não levam em consideração os modos de vidas dos povos e de comunidades tradicionais da Amazônia. Gerando uma imposição de poder de órgãos ambientais sobre esses povos e comunidades, ao invés de discutirem e construírem projetos de preservação e desenvolvimento sustentável a partir das realidades e visões de mundo das pessoas que vivem nas reservas extrativistas, nas terras indígenas, às margens dos rios, na floresta.



Ilustração 3 - Atravessando para o outro lado Rio Madeira - da cidade para o espaço ribeirinho. (foto, arquivo IMV)

Contemporâneos - *Na sua concepção, quais meios seriam eficientes para amenizar a degradação do território amazônico?*

Márcia Maciel - Eu sempre me pergunto: porque não é levado em conta a lógica dos povos da Amazônia nas políticas de desenvolvimento da região? Num trabalho que apresentei em parceria autoral com o pesquisador Iremar Antônio Ferreira, mestre em Desenvolvimento regional, no I seminário de Geografia Cultural na Amazônia, realizado em junho de 2008 na Universidade Federal do Amazonas, levantamos essa discussão. Percebemos que as disputas temporais e espaciais na Amazônia são características próprias do processo de construção de espaços na Amazônia. Essa disputa situada historicamente envolve disputas territoriais, políticas de ocupação e projetos de desenvolvimento econômico endógeno, sem levar em consideração as especificidades temporais e culturais das populações amazônicas.

Nessa linha, o projeto de construção das hidrelétricas no Rio Madeira vem se colocando como necessidade econômica para o Brasil, gerando disputas temporais e espaciais que envolvem governo federal, empresas estatais e privadas, agências de financiamento, ambientalistas, pesquisadores, movimentos sociais,

populações tradicionais ribeirinhas e urbanas, bem como partidos políticos. Os conflitos e disputas sociopolíticas no processo de licenciamento das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que começou oficialmente em 2006, encontra-se nas instâncias internacional, nacional e local. De um lado são construídos os discursos de defesa do local e de outro do global. Porém, não necessariamente os discursos do local são contraposições ao global e os discursos do global por sua vez não necessariamente estão comprometidos com o desenvolvimento do local e do regional.

As populações tradicionais da Amazônia são as maiores defensoras e garantidoras do equilíbrio sócio-ambiental da Amazônia. Vivem de acordo com o ecossistema natural; seus sistemas culturais funcionam como controle da exploração ambiental. A meu ver, basta apenas maior investimento nas iniciativas de sustentabilidade desses povos, na melhoria de suas qualidades de vida, educação e saúde. Entretanto, os projetos vindos de fora se mostram inviáveis para o auto-sustento deste modo de vida, e não fazem nenhum esforço para corresponder com a concepção de desenvolvimento destes povos. O que se vê é uma disputa de espaços desleal, vencendo sempre as políticas desenvolvimentistas